

A organização de grupos escolares capixabas na cena republicana do início do século XX: um estudo sobre a Reforma Gomes Cardim (1908-1909)

Regina Helena Silva Simões¹
Maria Alayde Alcantara Salim²

RESUMO

Análise da reforma da instrução pública realizada pelo paulista Gomes Cardim, como parte do programa de governo de Jerônimo Monteiro (1908-1912), cujo foco era a modernização do Estado do Espírito Santo não apenas por meio de mudanças na educação, mas também por meio de projetos de urbanização e de investimentos no setor produtivo. No contexto modernizador que sucedeu ao início (1889) da república brasileira, discursos políticos construídos tanto nacionalmente como regionalmente enfatizavam o papel central da educação para o desenvolvimento social, econômico e político do país. Com este objetivo, a reforma Cardim traduziu para o Estado do Espírito Santo as ideias republicanas paulistas que prescreviam o investimento na educação como caminho seguro para a modernização nacional. A compreensão das mudanças operadas pela reforma Cardim, especialmente no que se refere à organização dos grupos escolares constituiu o foco principal desta pesquisa que, em conclusão, aponta para a ambiguidade de uma reforma educacional que visa à modernização, desde que sejam mantidos intactos os privilégios sociais. Dessa forma, ainda que concebida sob a influência dos ideais republicanos, a reforma educacional desenvolvida no Espírito Santo mostrou-se incapaz de desafiar privilégios localmente instituídos, o que pode ser observado, por exemplo, pelo caráter altamente seletivo das escolas e pelo reduzido investimento financeiro na instrução pública, em contraposição aos discursos oficiais que alardeavam o potencial da educação como base para o desenvolvimento nacional.

Palavras-chave: Grupos escolares. Reforma Gomes Cardim. História da educação no Espírito Santo.

¹ Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES/PPGE - E-mail: reginahe@terra.com.br.

² Professora Doutora do Departamento de Educação e Ciências Humanas - UFES/CEUNES/CECH - E-mail: malcantara@globo.com.

ABSTRACT

This study analyses the educational reform led by Gomes Cardim (an educator migrated from São Paulo), as part of Jerônimo Monteiro's government program (1908-1912), which aimed the modernization of the state of Espírito Santo, not only through changes in education, but also through the organization of urban spaces and investments directed to productive sectors of the economy. Within this context of modernization that followed the beginning (1889) of the Brazilian republic, political discourses, constructed both in national and regional levels, emphasized the key role of public instruction as basic to social, economic and cultural development. With this intent Cardim's reform translated to the state of Espírito Santo republican ideas irradiated from São Paulo which prescribed investments on public instruction as the path to build a modern nation. The understanding of the changes operated by Cardim's educational reform, especially concerning the organization of elementary schools in the form of the so called "grupos escolares" (school groups) has been the focus this research that, in conclusion, points to the ambiguity of an educational reform that aimed modernization, but refused to act upon social privileges maintained intact. As a result, although conceived under broad republican ideals, the educational reform developed in Espírito Santo failed to challenge social privileges, if considered, for example, the highly selective role of schooling and the small financial investment in public instruction, despite its recognized potential to promote change often emphasized in political discourses.

Keywords: Public instruction. Gomes Cardim. History of education in Espírito Santo.

A República e a cena sociopolítica capixaba no início do século XX

Em linhas gerais, análises historiográficas dos processos de instauração da república no Brasil (CARVALHO, 1987; 1990; 2004) evidenciam a fragilidade das instituições republicanas e a ambiguidade de políticas instituídas que visavam a republicanização da sociedade brasileira, marcada pelo autoritarismo e pela desigualdade social.

Ao mesmo tempo, os momentos iniciais da república proclamada em 1889 acompanharam a passagem do século XIX para o século XX, configurando o anúncio de um "tempo de certezas" (COSTA, SCHWARCZ, 2000), de acordo com o ideário inaugural do século passado.

No recorte deste estudo, no qual analisamos a criação do primeiro grupo escolar capixaba no contexto da reforma do ensino liderada por Carlos Alberto Gomes Cardim (1908-1909), interessou-nos compreender de que forma as “certezas” do progresso e do desenvolvimento expressas no discurso liberal do início do século XX, fortemente ancoradas na educação como base para o desenvolvimento, interagiram com a vida política, social, econômica e cultural no Estado do Espírito Santo, tendo em vista as características da cena republicana local.

Como fontes de pesquisa, utilizamos relatórios do governo do Estado e da inspetoria da instrução pública, documentos legislativos e publicações historiográficas sobre o Espírito Santo. No conjunto dos documentos pesquisados, além dos cruzamentos necessários, buscamos interrogar os textos em suas dobras, na tentativa de fazer falar o *hors-texte*, tomando também como referência o contexto de produção de cada um deles (GINZBURG, 2002).

Na historiografia sobre o Espírito Santo nas décadas iniciais do século XX, os pontos a destacar são: a base agrícola da economia capixaba, o mandonismo dos coronéis, a urbanização incipiente e a debilidade dos governos instituídos (OLIVEIRA, 1975, VASCONCELLOS, 1995). Nesse contexto, o governo Jerônimo de Sousa Monteiro (1908-1912) ganhou destaque pelos esforços dirigidos à modernização do estado, especialmente da capital, Vitória.

Dentre essas ações de cunho modernizador, Oliveira (1975, p. 418) aponta como avanços culturais a presença, na cidade de Vitória, do Congresso, da Corte de Justiça, de órgãos administrativos superiores, do Bispo, da Escola Normal, da Biblioteca Pública e de dois jornais.

Observa-se ainda que, bem no espírito da época, o governo Monteiro realizou investimentos infraestruturais visando a melhoria da vida local, ao mesmo tempo em que ungiu a instrução pública como alicerce da reforma social anunciada.

Em um paiz republicano, onde os individuos conscien-

tes dos seus direitos, devem sentir-se habilitados para defendel-os; onde os concidadãos , em comicios geraes, têm obrigação de organizar os seus governos - é missão sagrada do administrador proporcionar ao povotodas as facilidades para se instruir e educar (ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 1908, p. 20)

Dessa forma, se o discurso liberal republicano postulava o acesso à escolarização como condição para o progresso e, se o estado de São Paulo constituía o centro irradiador desse ideário (NAGLE, 1974), nada mais “lógico” do que o convite feito ao paulista Carlos Alberto Gomes Cardim³ para reformar a instrução pública no estado, no período de 1908 a 1909.

É dever primordial do Governo ministrar aos seus subordinados, mesmo com obrigatoriedade, a verdadeira instrução que os prepare para as lutas da vida. Por isto convidei, de são Paulo, o emerito educador Dr. Carlos Alberto Gomes Cardim, cuja competencia e preparo são assas conhecidos, e cujo zelo e dedicação pela causa da instrução constituem o seu melhor e mais precioso padrão de gloria (ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 1908, p. 20)

Por outro lado, as medidas modernizadoras instituídas, dentre as quais incluímos a reforma da instrução pública, mostraram-se limitadas e ambíguas, uma vez que se tratava “na época, de modernizar alguns elementos da vida pública, como a gestão do Estado, sem modificar a estrutura mais larga dos privilégios da sociedade [...]” (VASCONCELLOS, 1995, p.151). Essa ambiguidade, como argumenta o autor, derivava do conservadorismo das lideranças políticas oriundas de círculos da oligarquia cafeeira local⁴.

³ Cardim integrava a chamada geração dos “normalistas republicanos”, formada no contexto da reforma educacional promovida no Estado de São Paulo, logo após a proclamação da República. A base pedagógica do movimento estava fundamentada nos novos métodos de ensino, especialmente no método analítico para a leitura, que passaria a ser difundido para outros Estados brasileiros, pelas “missões de professores” paulistas (MORTATTI, 2006, p. 6). Mas essa *missão* não apresentava apenas uma dimensão pedagógica. Do ponto de vista político, ela estava relacionada com a afirmação da escola paulista como símbolo do progresso instaurado pela República que, segundo Carvalho (2000) “[...] representava uma estratégia de luta e de legitimação na consolidação da hegemonia desse estado na Federação” (p. 225).

⁴ A família de Jerônimo de Sousa Monteiro, natural de Cachoeiro de Itapemirim e bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo, era proprietária de terras, dedicando ao cultivo do café.

No contexto das mudanças empreendidas pelo governo estadual, a reforma Cardim enfatizava a formação de professores, a normatização da docência e a organização sistemática das escolas como base para a qualificação do ensino. Nessa perspectiva, era de se esperar que o grupo escolar, instituição emblemática do projeto republicano para a educação da infância (CARVALHO, 2000; VIDAL, 2006), constituísse, seguindo o modelo paulista, a pedra de toque da reforma da instrução primária.

Entretanto, como argumentamos a seguir, na concretização dessa reforma a criação do grupo escolar, em 1908, revela muito mais a debilidade e a ambiguidade das políticas para a educação capixaba no início do século XX, do que o ardor reformista expresso em discursos de autoridades locais.

A Reforma Gomes Cardim e a constituição dos grupos escolares no Estado do Espírito Santo

No Brasil, o projeto pioneiro de organização das escolas na forma de *grupos escolares*, visando superar o sistema de cadeiras e classes isoladas, constituiu-se no contexto da reforma da instrução pública paulista, implementada entre 1892 e 1896. Na visão de Saviani (2007, p. 165) a referida reforma teria representado a “[...] tentativa mais avançada em direção a um sistema orgânico de educação” desenvolvida no transcorrer das duas primeiras décadas do regime republicano, na medida em que objetivava promover a organização administrativa e pedagógica do sistema educacional, criando órgãos centrais responsáveis pela elaboração das diretrizes pedagógicas e estabelecendo as normas de controle e inspeção sobre as diversas atividades educativas.

Apesar de a reforma paulista não ter conseguido se consolidar e estabelecer a almejada unificação do sistema educacional naquele estado, as ideias que nortearam a sua produção exerceram enorme influência nas reformas educacionais que se desenvolveram em diversos estados brasileiros décadas do século XX.

Dessa forma, no cenário republicano nacional os grupos escolares representavam o ideal modernizador da escolarização primária uma vez que, reproduzindo a modelagem paulista, essas instituições

[...] aglutinavam em um mesmo edifício as antigas escolas isoladas, organizando a docência em torno de séries

escolares que passavam a corresponder ao ano civil e eram concluídas pela aprovação ou retenção em exame final. O ensino seriado e sequencial substituiu as classes de alunos em diferentes níveis de aprendizagem, sob a autoridade de um único professor, e era regulado pela introdução da figura do diretor, oferecendo organicidade e homogeneidade à escolarização e produzindo uma nova hierarquia funcional pública (VIDAL, 2006, p. 8).

Na cena capixaba, os grupos escolares foram criados no bojo de um conjunto de ações centralizadoras na área da educação, procurando estabelecer medidas que padronizassem o sistema de ensino, uma vez que o governo estadual regulamentava o ensino de forma a prescrever a mesma orientação metodológica e disciplinar para todas as escolas. Como parte dessa política centralizadora criou-se, em 1908, o Departamento de Ensino, que passou a controlar todos os serviços referentes à instrução pública.

Segundo a reforma executada a partir de 1908, o ensino primário seria ofertado em escolas isoladas diurnas e noturnas (para os alunos acima de 12 anos), nas escolas rurais e nas escolas reunidas, com duração de três anos, nos grupos escolares e na Escola Modelo, com duração de quatro anos. Os alunos que concluíssem o curso de três anos e quisessem ingressar no ensino secundário precisariam cursar o quarto ano no grupo escolar. Dessa forma, considerando que durante a Primeira República os grupos escolares constituíram um fenômeno tipicamente urbano em todo o Brasil (SAVIANI, 2004) e que a oferta do curso primário de quatro anos, pré-requisito para o ingresso no curso secundário, no caso do Espírito Santo, restringia-se ao “Gomes Cardim” e à Escola Modelo, ambos localizados na cidade de Vitória, deduzimos que esse modelo de organização do ensino representava mais um, dentre inúmeros outros, obstáculos ao acesso e à continuidade da escolarização.

Instituído pelo Decreto n. 166 de 5 de setembro de 1908, o grupo escolar “Gomes Cardim”, seguindo o modelo paulista, deveria adotar a mesma ordenação administrativa e didático-pedagógica da escola modelo Jerônimo Monteiro⁵. No ano seguinte, nova regulamentação da instrução pública manteve a

⁵ Art. 1º Fica criado um grupo escolar nesta capital, destinado a educar e instruir crianças de ambos os sexos, subordinado ao regulamento da escola modelo. (ESPÍRITO SANTO, 1908).

subordinação dos grupos escolares à escola modelo reiterando as ideias da pedagogia nova na formulação das suas diretrizes pedagógicas: “as lições sobre qualquer matéria serão cingidas ao programa e serão praticas e concretas, essencialmente empíricas e com a exclusão completa das regras abstratas” (ESPÍRITO SANTO, 1909c, p. 6).

O entusiasmo das autoridades locais com a implantação da escola modelo e do grupo escolar era tanto que em outubro de 1908 o presidente do Estado aprovou um decreto suprimindo as escolas isoladas da capital. Nesse decreto lia-se:

Considerando que, em face da reorganização que se está operando no serviço da instrução pública do Estado, não convém que continuem a funcionar escolas isoladas nesta capital, desde que a instrução está sendo facultada na escola Modelo, no grupo e nas escolas reunidas nocturnas. (ESPÍRITO SANTO, 1909a).

Evidentemente, essa medida não entrou em vigor, pelo simples fato de que a cidade com seus inúmeros lugarejos de difícil acesso e baixa densidade demográfica não poderia prescindir das escolas isoladas. Isso sem contar que apenas um grupo escolar fora efetivamente criado em todo o estado.

Pelo exposto, percebe-se que apesar do ímpeto das disposições oficiais e das novidades teórico/práticas apresentadas nas linhas gerais da reforma Cardim, a criação dos grupos escolares capixabas caracterizou-se pelo improvisado, sinalizando a debilidade e a ambiguidade das ações do governo estadual na área da instrução pública. As marcas do improvisado encontram-se impressas, por exemplo, no relatório da inspetoria geral do ensino (ESPÍRITO SANTO, 1909b), por meio do qual ficamos sabendo que o início das aulas no recém criado grupo escolar, provisoriamente localizado no prédio da escola Normal, ocorreu no dia 14 de setembro do ano anterior, portanto, com o ano letivo bastante adiantado.

Apesar dos elogios do inspetor geral ao trabalho desenvolvido pelo diretor do grupo escolar, o relatório registra a baixa frequência (média de 158 alunos para 206 matriculados), atribuída a dois fatores: a impropriedade do horário das aulas, ministradas entre oito e doze horas para permitir a compatibilidade de horários com o funcionamento da escola normal e a proximidade com a escola modelo, que também funcionava no prédio da escola normal.

Reconhecendo a precariedade das instalações destinadas ao funcionamento do “Gomes Cardim”, o inspetor geral da instrução pública informa que um prédio seria remodelado para atender às “exigências pedagógicas” (ESPÍRITO SANTO, 1909b, p. 14) condizentes com o ensino idealizado para os grupos escolares. Assim, no ano seguinte à sua criação temos notícia de que o grupo passara a funcionar na sede remodelada. Entretanto, apesar da mudança de endereço, o chefe de instrução pública que sucedeu Cardim reporta problemas com a estrutura física do prédio ao afirmar que “o edifício em que funciona o grupo, à rua Pereira Pinto n. 18, apesar das modificações nelle feitas, não corresponde às condições de hygiene e commodidade indispensáveis ao estabelecimento de ensino” (ESPÍRITO SANTO, 1910a, p. 10).

O relatório apresentado por Gomes Cardim não faz menção à existência de material pedagógico destinado ao grupo escolar. Já sobre o corpo docente, encontramos a seguinte informação:

Esse grupo dispõe dum corpo distinto de professores, e todos, irmanados pelo mesmo objectivo e visando um escopo único, vão se desempenhando da melindrosa tarefa com a dedicação que sós caracterizar o verdadeiro professor e correspondendo vantajosamente aos desígnios do governo (ESPÍRITO SANTO, 1909b, p. 14)

Ao analisarmos esse relatório, chamaram a nossa atenção a descrição econômica do funcionamento dos grupos escolares se comparado, por exemplo, com a minuciosa descrição das atividades desenvolvidas na escola modelo, bem como a forma idealizada como se encontram descritas as atividades docentes. Em nossa leitura, esses dois aspectos sinalizam o imprevisto e a precariedade no processo de criação do grupo escolar no Espírito Santo. Em outros termos, explorando a noção bastante difundida de que essas escolas, vistas como palácios da propaganda inicial da república brasileira, simbolizavam projetos de mudança para a instrução pública, pode-se argumentar que no contexto capixaba o palácio era de vidro, espelhando a fragilidade das políticas locais para a instrução pública.

Assim é que no primeiro relatório de governo do presidente Jerônimo Monteiro (ESPÍRITO SANTO, 1908), encontramos o registro do aumento do número de matrículas e da frequência média nas escolas primárias da

capital de 710 e 572 alunos (antes da reforma), para 932 e 867 alunos, respectivamente, naquele ano⁶. Logo em seguida, porém, deparamo-nos com duas afirmativas intrigantes quando combinadas com o crescimento das matrículas. A primeira delas diz respeito ao montante da despesa efetuada

[...] devido as primeiras installações, ás adaptações de predios e aquisição de livros, objetos de estudo e mobiliario [uma vez que] as [...] escolas estavam, em geral, desprovidas de tudo: não obedeciam a programma ou a methodo, não tinham livros, moveis, objectos escolares, de accôrdo com as exigencias do ensino moderno (ESPÍRITO SANTO, 1908, p. 21)

A segunda afirmativa faz referência a “largas [...] reduções nas despesas com o pessoal investido dos encargos do serviço”, de forma que “tendo-se quasi duplicado o número de escolas e augmentado consideravelmente a matricula e a frequência, as despesas não sofreram grande alteração” (ESPÍRITO SANTO, 1908, p. 21-22).

Na verdade, a leitura dos relatórios do governo Monteiro e também dos seus sucessores sobre a instrução pública, não revela variações quanto à valorização discursiva da educação como base para o progresso, a lamúria com relação à escassez de verbas, a insuficiência dos esforços empreendidos e o conseqüente imprevisto que geralmente caracterizava as iniciativas governamentais.

Pelos caminhos da equação descrita acima, apesar da criação do grupo escolar “Gomes Cardim” no ano de 1908 e da promessa da construção imediata de um prédio exclusivamente para abrigá-lo, somente em 1926 o presidente Florentino Avidos relata a construção de uma sede adequada ao seu funcionamento, com capacidade para 320 alunos. Na ocasião, Avidos lamentava as “condições ruinosas do antigo prédio”, e anunciava a inauguração do “[...] amplo edifício, especialmente construído, em excelentes condições pedagógicas e hygienicas, na Avenida Capichaba” para abrigar o “Gomes Cardim” (ESPÍRITO SANTO, 1927, p. 22).

⁶ O recenseamento de 1900 informa que o Espírito Santo tinha 209.000 habitantes, para “o total de 5.049 alunos matriculados e 3773 frequentes” (Monteiro, 1910) nas escolas primárias existentes no estado.

Em 1908, porém, a julgar pelo relato que transcrevemos a seguir, o entusiasmo pela reforma liderada por Gomes Cardim parecia grande.

Esta reforma introduzida num estreitissimo periodo de dous meses, tem encontrado a melhor eccitação do publico, constituindo as novas escolas o centro de attração e de convergência da população infantil da nossa Capital. A ellas têm accorrido hoje até mesmo as creanças se achavam afastadas das escolas pela nenhuma confiança que o ensino nellas ministrado inspirava aos seus progenitores, que de preferênciã, as entregavam aos cuidados dos professores particulares existentes (ESPÍRITO SANTO, 1908, p. 20-21).

Em 1910, em tom mais realista, o presidente lastima as condições de instalação do grupo escolar cuja sede precisaria ser ampliada em função da “grande concorrência de alumnos” (ESPÍRITO SANTO, 1910, p. 23). Para esse fim, o governo havia adquirido “por vinte contos de réis, o edificio a elle contiguo que, adaptado convenientemente, satisfará a necessidade actual” (ESPÍRITO SANTO, 1910, p. 23).

Até o final do governo Monteiro os relatórios de estado dedicam pouco espaço aos grupos escolares, dado igualmente observado na série de relatórios presidenciais até o final da década de 1920. Por meio desses documentos, sabemos que em 1926 funcionavam regularmente no Espírito Santo “os grupos escolares ‘Gomes Cardim’, em Victoria, ‘Bernardino Monteiro’, em Cachoeiro de Itapemirim e ‘Marcondes de Souza’, installado em Muquy em Julho de 1925” (ESPÍRITO SANTO, 1926, p. 23). Em 1927, porém, Avidos faz ressalvas ao afirmar que

Funcionaram, no anno passado, com regularidade e frequencia, os grupos escolares, com excepção do “Grupo Gomes Cardim”, desta Capital, cujos trabalhos foram prejudicados pelas condições ruins do antigo predio. Em Novembro, porém, foi inaugurado o amplo edificio, especialmente construído, em excelentes condições pedagogicas e hygienicas, na Avenida Capichaba, onde se acha funcionando regularmente, este ano, o referido Grupo [...] (ESPÍRITO SANTO, 1927, p. 22).

Inversamente proporcional ao pequeno número de grupos escolares existentes revela-se o entusiasmo pelo modelo idealizado de ensino por eles representado. A força dessa representação pode ser lida nas palavras do presidente Florentino Avidos:

É incontestável que o Grupo escolar é a melhor escola primária. Os seus resultados, sejam os que dizem respeito à eficiência do ensino e sua methodica distribuição, sejam os referentes à disciplina, assídua fiscalização e vigilância das classes, são grandemente compensadores e indiscutivelmente muito mais profícuos que os auferidos na escola isolada (ESPÍRITO SANTO, 1928, p. 73).

Entretanto, tantos louvores às qualidades intrínsecas dos grupos escolares não se mostraram capazes de alavancar investimentos visando a sua propagação por todo estado. Embora reconhecendo que seria lógica a criação dessas instituições de ensino em regiões mais populosas, Avidos admite que a expansão dessas escolas só se concretizaria por meio de “uma acção lenta do Governo, attendendo-se a que as despesas que ela exigiria seriam por demais superior às forças do orçamento estadual” (ESPÍRITO SANTO, 1928, p. 73).

Podemos, afirmar, portanto, que no Espírito Santo os grupos escolares, mesmo permanecendo como representação de um ideal para qualificação da instrução primária, tiveram enorme dificuldade de propagar-se durante a primeira república. Como dissemos anteriormente, acreditamos que esses limites à disseminação regional dessa prestigiada instituição de ensino podem ser explicados, dentre outros fatores, pela ambiguidade das políticas para a educação no contexto da economia local baseada na monocultura cafeeira, cuja força se fazia sentir nas ações empreendidas pelo governo estadual.

Nesse ponto, deve-se levar em conta também os problemas enfrentados pelo próprio movimento reformador paulista que, segundo Saviani (2007, p. 166), experimentara um processo involutivo durante a primeira república, processo esse associado à “consolidação de domínio da oligarquia cafeeira que passa a gerir o regime republicano por meio da república dos governadores”. Dessa forma, ele conclui que no cenário da educação brasileira, e o Espírito Santo não foi exceção,

seria preciso esperar o período final da República Velha com a crise dos anos de 1920 para retomarem-se as reformas estaduais da instrução pública e recolocar o problema do sistema de ensino que passará a ter um tratamento em âmbito nacional após a revolução de 1930 (SAVIANI, 2007, p. 166)

Os grupos escolares no processo de constituição da oferta do ensino primário no Espírito Santo: ecos da Reforma Cardim

Embora o discurso da valorização da educação como base para o progresso estivesse presente na cena capixaba desde o século XIX, o governo Jerônimo Monteiro constituiu um marco na história do Espírito Santo, quando propôs como meta a modernização da vida local, por meio de investimentos que abrangeram, dentre outros:

abertura de estradas, fomento da produção agrícola, melhoria dos rebanhos bovinos, construção da usina de açúcar Paineiras - ao tempo considerada a melhor do Brasil - **desenvolvimento do ensino público** e melhoria do aparelho administrativo (OLIVEIRA, 1975, p. 419, grifo nosso).

Oliveira aponta ainda como indícios do progresso que se instaurava na capital do estado a dotação de serviços de água, esgotos, luz e bondes elétricos, além de importantes obras que compunham o plano geral de desenvolvimento urbano.

Uma outra face do progresso em marcha foi a primeira greve operária deflagrada em Cachoeiro de Itapemirim, terra natal de Jerônimo Monteiro, pelos trabalhadores da construção da estrada de Ferro Sul do Espírito Santo cujos salários estavam atrasados. De acordo com Oliveira (1975), que cita como fonte o jornal *d'O Cachoeirano*, a manifestação que reuniu aproximadamente 800 trabalhadores acampados durante dois ou três dias, embora pacífica, “preocupou o Governo Estadual que, cautelosamente, solicitou [e foi atendido] o auxílio de forças federais” (p. 420). Ao final, os operários resolveram retornar ao trabalho mediante o recebimento de parte do que lhes era devido.

No contexto descrito acima, não fica difícil perceber as relações estabelecidas entre a oferta da instrução pública e as aspirações de ordem e progresso, expressas na perspectiva assumida por Jerônimo Monteiro no que se refere à educação. Nas palavras do presidente seria “de fecundos resultados” para o desenvolvimento do estado “dar ao serviço da instrução pública uma organização definitiva, séria, sem dependência das questões políticas” (ESPÍRITO SANTO, 1908, 22). Dessa forma, ele argumentava que o professor poderia ser,

[...] dora vante, o produto de mérito, do preparo, da aptidão intellectual e moral, deixando der ser, como até aqui, um effeito da política, um instrumento dos partidos [...]. Penso que deve soffrer uma revisão sábia, intelligente e justaa tabella de vencimentos dos professores de modo que lhes seja facil empregar a actividade, exclusivamente, á nobre missão de educar [...] (ESPÍRITO SANTO, 1908, p. 22-23)

A idéia de valorização da docência somava-se às mudanças propostas pela reforma Cardim para a organização e o funcionamento das escolas visando a sua qualificação pedagógica. Dessa forma, como indicamos anteriormente, a Escola Modelo funcionava como eixo irradiador de teorias e práticas pedagógicas que deveriam ser reproduzidas nos ambientes dos grupos escolares.

Em nossa leitura, pelo menos quatro fatores contribuíram para que os grupos escolares não ocupassem plenamente a centralidade do lugar a eles atribuídos no modelo paulista. O primeiro deles diz respeito às condições precárias de funcionamento do “Gomes Cardim”, que deveria servir de modelo para o resto do estado. Um segundo fator fala dos poucos recursos disponíveis para o financiamento da educação. Em terceiro lugar, evidencia-se a precariedade da formação e da prática de professores,

⁷ A pretensa neutralidade da educação alardeada por Monteiro não impediu que escolhesse o salão da escola modelo para sediar aquilo que Novaes (197-) descreve maior relevância [no início do seu governo]: a fundação do partido republicano Espírito-Santense, que reunia todas as correntes partidárias do tempo” (p. 370). Segundo a autora, nessa reunião o presidente conclamou todos os capixabas à união, convidando os presentes “a sopitar qualquer sentimento de hostilidade e de paixão particular do passado, e lançar sobre esse um véu de esquecimento, a fim de formar uma legião combatente pelo progresso do Espírito Santo” (p. 370).

uma vez que a própria escola normal capixaba se encontrava em processo de consolidação. Por último, mas obviamente não menos importante, destacamos a economia regional predominantemente agrícola movida pela monocultura cafeeira, na qual os caminhos da industrialização se desenhavam em ritmo lento rumo à promessa do desenvolvimento.

Assim, Cardim discorria com grande entusiasmo sobre o modelo de escolas reunidas (por ele definidas como grupos escolares reduzidos) implantado em Cachoeiro de Itapemirim e das 127 escolas isoladas espalhadas pelo Espírito Santo nas quais se empregava “o ensino analytico intuitivo de accordo com os principios, methodos e processos da pedagogia moderna” (ESPÍRITO SANTO, 1909b, p. 15).

Posteriormente, mesmo avaliando o grupo escolar como “a melhor escola primária” (ESPÍRITO SANTO, 1928, p. 73) o então presidente do Espírito Santo considerava que seria desastroso prescindir das escolas isoladas

[...] pela razão fortíssima de que a população do estado acha-se disseminada por logares afastados uns dos outros, em grandes distancias, sem meios de comunicação e transporte faceis. A esses nucleos de população somente a escola isolada póde levar os benefícios da instrução (ESPÍRITO SANTO, 1928, p. 73).

Como aconteceu em diferentes estados brasileiros, a disseminação de grupos escolares pelo Espírito Santo ampliou-se a partir da década de 1930. Das 25 instituições desse tipo existentes no estado em 1936, passou-se a 52 em 1939 e a 69 em 1940. Observa-se, entretanto, que essa significativa expansão foi acompanhada pelo crescimento das escolas isoladas que passaram de 127 providas em 1908 (ESPÍRITO SANTO, 1909b) para 829 na década de 1940, enquanto os grupos passaram de três em 1926 para 69 em 1940⁸.

⁸ Sobre a expansão dos grupos escolares no Espírito Santo ver Ferreira (2000). A história dos grupos escolares no espírito Santo. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/164_viviane.pdf>. Acesso em ago. 2012.

O Grupo Escolar “Gomes Cardim” e a modelização do ensino primário capixaba

Como vimos, inicialmente o Grupo Escolar localizou-se no prédio da Escola Normal, vizinho ao palácio do governo, onde também funcionavam a Escola Modelo e a Inspeção Geral do Ensino. Deve-se observar que tanto o palácio como a escola Normal, ambos situados na parte alta da cidade de Vitória, compunham o conjunto arquitetônico de construções que abrigavam os principais órgãos da administração pública local, cuja localização nuclear projetava o seu exemplo e influência a sociedade capixaba (SIMÕES, SCHWARTZ, FRANCO, 2008).

Sobre a orientação pedagógica seguida pelas escolas capixabas, vale a pena destacar o apego de Gomes Cardim ao método analítico, ao descrever a sua presença “como uma verdade irrefragável em todas as escolas públicas” (ESPÍRITO SANTO, 1909b), o que não deixa de ser surpreendente tendo em vista o pouco tempo de implantação da reforma do ensino por ele coordenada, e mesmo as dificuldades apontadas pelo próprio inspetor geral para livrar os professores “dos vícios contrahidos pelo método de soletração ou pelo da syllabação” (ESPÍRITO SANTO, 1909b, p. 16).

Outro aspecto destacado no processo de escolarização a prática de exercícios físicos, militares destinados aos meninos e a ginástica dirigida às meninas. Buscava-se também despertar entre os alunos o sentimento de cívico, com base na rememoração de grandes feitos e grandes personagens da história celebrados em comemorações cívicas.

Essas comemorações têm-se feito por meio de sessões, nas quais o professor profere uma allocução adequada ao assunto e em seguida os alumnos recitam poesias e trechos allusivos e cantam os hinos nacional, espirito-santense, da bandeira e da República e canções patrióticas [...]

Há uma parte da comemoração que é escrita e na qual os alumnos copiam trechos e fazem mesmo pequenas composições dictadas pelos professores sobre o facto que se solemniza.

Esses trabalhos são insertos depois nas columnas de pequenos jornaes escolares - A Pátria e a Escola, órgãos da Escola Modelo e do grupo escolar (ESPÍRITO SANTO, 1913, p. 59).

Tanto as práticas do exercício como as solenidades cívicas visavam a preparação do espírito infantil para o estudo, “facilitando-lhe a compreensão” (idem, p. 59) das lições ensinadas, de maneira que se submetesse “alegremente à disciplina escolar”, “simpathisando-se com a escola” (ESPÍRITO SANTO, 1913, p. 59).

Outro componente enfatizado foram os trabalhos manuais. Em novembro de 1908 aconteceu uma exposição, na qual foram apresentados 516 trabalhos produzidos por estudantes da Escola Normal, da escola modelo, do grupo escolar e das escolas noturnas. Na visão do reformador, essa iniciativa afirmava “[...] a importância da orientação dada ao ensino actual que recebeu o influxo da preocupação dominante de torná-lo eficaz e útil e essencialmente pratico” (Relatório Cardim, 1909, p. 12). Ao que tudo indica, entretanto, o decantado sentido prático do ensino resumia-se às prendas domésticas, uma vez que foram expostos “trabalhos de agulha, preocupando-se especialmente com os pontos, pospontos, alinhavos, bainhas, cerzaduras, remendos, vestidinhos, etc.” (ESPÍRITO SANTO, 1909b, p. 12).

Tendo em vista a localização inicial da escola modelo e do grupo escolar Gomes Cardim no prédio da escola normal, essa não foi a única atividade em que as duas escolas aparecem associadas. Há indícios, no entanto, de que as duas instituições não contavam com as mesmas condições de funcionamento. Com relação aos docentes, por exemplo, observamos que o mapa de trabalhos letivos registra o licenciamento de apenas uma professora, pelo período de 30 dias, indicando a sua substituta. Já no caso do grupo escolar, registram-se quatro licenciamentos e a remoção de uma das professoras, provocando a junção dos terceiros anos das seções masculina e feminina e nova alocação de docentes para as duas seções do segundo ano. (ESPÍRITO SANTO, 1910a).

Em conclusão, tendo em vista a precariedade das instalações físicas, a instabilidade do corpo docente e a pouca ênfase ao primeiro e único grupo escolar existente na capital do estado observada nos relatórios de governo, argumentamos que a escola modelo capixaba, cujo papel seria funcionar

como centro irradiador de inovações pedagógicas, estendendo-as a outras instituições escolares, absorveu em grande parte a atenção das autoridades locais e os poucos recursos destinados ao ensino primário no início do século passado, restando aos grupos escolares a representação de um simbolismo que, na prática, tendeu a esvaziar-se quantitativa e qualitativamente.

Referências

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: Rio de Janeiro e a república que não foi.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Reformas da instrução pública. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes de, VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 225-253.

COSTA, Angela Marques da; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **1890-1914: no tempo das certezas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força: história, retórica, prova.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira república.** São Paulo: EPU, 1974.

NOVAES, Maria Stella de. **A história do Espírito Santo.** Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, [197-].

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, Dermeval, ALMEIDA, Jane Soares de, SOUZA, Rosa Fátima de, VALDEMARIN, Vera Teresa. **O legado educacional do século XX no Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

SIMÕES, Regina Helena Silva, Schwartz, Cleonara Maria, FRANCO, Sebastião Pimentel. A dênese, a implantação e a consolidação da escola normal no Espírito Santo. In: ARAUJO, José Carlos Souza, FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de, LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (Orgs.). **As escolas normais no Brasil: do império à república**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

VASCONCELLOS, João Gualberto Moreira. **A invenção do coronel: ensaios sobre as raízes do imaginário político brasileiro**. Vitória: SPDC/UFES, 1995.

VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos escolares: Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.

Fontes

ESPIRITO SANTO (Estado) Presidente de Estado (1908-1912: Monteiro) **Mensagem enviada ao Congresso Espírito-Santense em 24 de setembro de 1908 [por] Jeronymo de Souza Monteiro, Presidente do Estado do Espírito Santo**. Victoria: Papelaria e Typographia Nelson Costa, 1908.

ESPIRITO SANTO (Estado). **Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Jeronymo Monteiro, Presidente do Estado do Espírito Santo pelo Director da Instrucção Dr. Henrique A. Cerqueira Lima em 13 de agosto de 1908**. Victoria: Typ e Papelaria Modelo, 1908a.

ESPIRITO SANTO (Estado) Presidente de Estado (1908-1912: Monteiro) **Mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Espirito Santo em 14 de setembro de 1909 [por] Jeronymo de Souza Monteiro, Presidente do Estado do Espírito Santo**. Vitoria: Imprensa Official, 1909.

ESPIRITO SANTO (Estado). Decreto nº 197, de 10 de outubro de 1909. Supprime as escolas isoladas desta capital e dispensa os respectivos professores que não tenham sido aproveitados na nova organização do ensino. Victoria: Typ Nelson Costa, 1909a.

ESPIRITO SANTO (Estado). **Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Jeronymo de Souza Monteiro, Presidente do Estado do Espirito Santo, pelo Snr. Inspector Geral do Ensino Carlos A. Gomes Cardim em 28 de julho de 1909**. Victoria, Imprensa Official, 1909b.

ESPIRITO SANTO (Estado). Decreto nº 230, de 2 de fevereiro de 1909. **Dá nova organização à Instrução Publica Primaria e Secundaria**. Victoria: Typ Nelson Costa, 1909c.

ESPIRITO SANTO (Estado) Presidente de Estado (1908-1912: Monteiro) Mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Espírito Santo em 23 de setembro de 1910 [por] Jeronymo de Souza Monteiro, Presidente do Estado do Espírito Santo. Vitória: Imprensa Estadual, 1910.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Jeronymo de Souza Monteiro pelo Inspector Geral de Ensino Dr. Deocleciano Nunes de Oliveira em 30 de julho 1910. Vitória: Imprensa Estadual, 1910a.

ESPIRITO SANTO (Estado) Presidente de Estado (1908-1912: Monteiro) Mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Espírito Santo em 14 de setembro de 1911 [por] Jeronymo de Souza Monteiro, Presidente do Estado do Espírito Santo. Vitória: Imprensa Oficial, 1911.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Exposição sobre os negócios do Estado apresentada [por] Jeronymo de Souza Monteiro em 23 de maio de 1912. Vitória, S.I., 1913.

ESPIRITO SANTO (Estado) Presidente de Estado (1925-1928: Avidos) Mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Espírito Santo em 15 de abril de 1926 [por] Florentino Avidos, Presidente do Estado do Espírito Santo. Vitória: S. I., s.d.

ESPIRITO SANTO (Estado) Presidente de Estado (1925-1928: Avidos). Mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Espírito Santo em 30 de abril de 1927 [por] Florentino Avidos, Presidente do Estado do Espírito Santo. Vitória: S. I., s.d.

ESPIRITO SANTO (Estado) Presidente de Estado (1925-1928: Avidos). Mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Espírito Santo em 15 de junho de 1928 [por] Florentino Avidos, Presidente do Estado do Espírito Santo. Vitória: S. I., s.d.